

### EJA-EPT e Economia Solidária: sobre a força potencial e material do encontro desses dois rios

*EJA-EPT and Solidarity Economy: on the potential and material force of the confluence of these two rivers*

**Recebido:** 27/07/2025 | **Revisado:** 18/10/2025 | **Aceito:** 23/10/2025 | **Publicado:** 29/10/2025

**Guilherme Brandt de Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4656-1925>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
E-mail: oliveira.gbrandt@gmail.com

**Maria Clara Bueno Fischer**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2289-5282>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
E-mail: mariaclara180211@gmail.com

**Como citar:** OLIVEIRA, G. B.; FISCHER, M. C. B.; EJA-EPT e Economia Solidária: sobre a força potencial e material do encontro desses dois rios. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 02, n. 25, p.1-18 e18885, out. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

#### Resumo

Este artigo discute a Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT). Usando o materialismo histórico-dialético como método, vê-se que, frente à crise do trabalho assalariado, a Economia Solidária emerge como uma resposta orgânica da classe trabalhadora, podendo competir com respostas mistificadoras apresentadas pelo capital. O público da EJA-EPT é composto por mulheres e homens que demandam respostas de formação e de trabalho para suas necessidades imediatas de produzir a própria existência e que, ao mesmo tempo, apontem rumo à superação do capitalismo. Para tal, urge às instituições educativas estabelecer diálogo com as experiências, os sujeitos individuais e coletivos implicados na Economia Solidária.

**Palavras-chave:** EJA-EPT; Economia Solidária; Crise do trabalho assalariado.

#### Abstract

This article discusses the presence of Solidarity Economy in Youth and Adult Education integrated with Vocational and Technological Education (EJA-EPT). Using historical-dialectical materialism as a method, we identify that, faced with the wage labor crisis, Solidarity Economy emerges as an organic response of the working class, potentially competing with mystifying responses presented by the capital. The EJA-EPT attendees are women and men who require training and employment solutions to meet their immediate needs to produce their own existence and, at the same time, point the way toward overcoming capitalism. To this end, educational institutions urgently need to establish a dialogue with the experiences, individual and collective subjects involved in the Solidarity Economy.

**Keywords:** EJA-EPT; Solidarity Economy; Crisis of wage labor.

## 1 INTRODUÇÃO

A garantia do direito do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à escolarização ainda se configura em um dos maiores desafios educacionais no Brasil. Particularmente no ensino médio, etapa final da Educação Básica, as demandas são enormes: estamos muito longe de universalizar o acesso, a permanência e a conclusão com êxito para a imensa maioria dos sujeitos. No entanto, ao longo das primeiras décadas do século XXI, pôde-se observar um salto qualitativo: a integração da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à EJA, a qual vem se desenhando como uma rica possibilidade, com ainda maior intensidade na forma de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Ao erguer a categoria “trabalho” ao centro da atividade pedagógica de cursos de EJA, amplifica-se o potencial de diálogo com seus sujeitos, justamente aqueles que compõem a classe trabalhadora em seus extratos mais explorados e atingidos pela crise atual do capitalismo.

Neste artigo, pretende-se apontar para a existência de uma resposta orgânica da classe trabalhadora para o enfrentamento desta crise: as formas, já presentes na sociedade atual, de trabalho associado e autogestionário, as quais podem ser vislumbradas, dentre outras, nas experiências de Economia Solidária. A partir disto, objetivamos refletir de que forma esta pode contribuir para, junto aos jovens e adultos trabalhadores, construir uma escola que atue na direção de uma outra cultura do trabalho, diversa da hegemônica, e que interesse não ao capital, mas sim à classe trabalhadora, almejando a superação das formas exploradas de trabalho que dominam a sociedade na qual estamos inseridos nos dias de hoje.

Para isto, será feita uma reflexão teórica, amparada em uma revisão de referenciais do campo trabalho-educação, entremeada por estudos que trazem dados de experiências concretas. Pretende-se explicitar o que é a EJA de nível médio integrada à EPT e argumentar sobre seu potencial; apresentar o conceito da Economia Solidária e sua inserção no contexto brasileiro como resposta da classe trabalhadora à crise do trabalho assalariado gestada pelo capital; discutir a potência e os limites da interlocução entre a EJA integrada à EPT e a Economia Solidária; e, por fim, apontar para alguns caminhos possíveis. Como fundamentação teórica, será usado o materialismo histórico-dialético e suas categorias enquanto método (Marx, 2020a), a fim de compreender a realidade em sua concretude, compreendendo-a como síntese de múltiplas determinações, historicamente constituída na agência humana organizada em classes sociais e, assim, passível de ser transformada.

## 2 A EJA-EPT E A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UM MOVIMENTO DE ANÁLISE

Nesta seção, objetiva-se fazer um movimento analítico. De início, serão observados, individualmente, os conceitos da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica e da Economia Solidária. Em seguida, discutir-se-á como a interlocução entre elas pode adquirir força potencial e material para a transformação da realidade objetiva.

## 2.1 SOBRE A INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação de Jovens e Adultos ocorre em uma multiplicidade de espaços, como, por exemplo, em locais de trabalho formal ou informal; no âmbito dos movimentos sociais; em associações ou coletivos; e, inclusive, na escola. É a este último espaço que será dada centralidade na análise. A forma escolarizada da EJA se trata de modalidade da Educação Básica, destinada prioritariamente para as pessoas que tiveram seu direito à educação negado quando crianças e adolescentes. Tal direito não expira com o avançar da idade, configurando que, independentemente da fase de vida, permanece como dever do Estado assegurar o pleno exercício deste aos sujeitos. Isto, no entanto, nunca se concretizou plenamente para a maioria do público que potencialmente teria este direito. Passados quase quarenta anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 e quase trinta anos da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996,

[...] trata-se de aproximadamente 39 milhões de pessoas na faixa de 15 a 70 anos sem o ensino fundamental completo; quando se amplia a análise para a etapa do ensino médio, na faixa de 19 a 70 anos, 57 milhões de pessoas ainda não o possuem, ambos os grupos sem frequentarem a escola. Considerando a estimativa populacional do IBGE para 2021, a população brasileira de 19 a 70 anos seria de cerca de 121 milhões de pessoas; assim, essa porção da sociedade desassistida educacionalmente representaria aproximadamente 47% (Santos *et al*, 2023, p. 23).

Como pode ser visto, tal dívida educacional que o Estado brasileiro detém com sua população está muito longe de ser quitada. Após a retomada do governo federal por parte de um campo progressista, bem como de uma enorme pressão dos Fóruns de EJA do país, em junho de 2024 foi apresentado o chamado Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos<sup>1</sup>, o qual apresenta resultados ainda tímidos. Também, mantém-se ainda alta a aposta no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e em outras políticas de certificação sem escolarização.

Por um lado, ao centralizar e estimular a certificação, o exame inibe as matrículas e instiga os jovens e adultos a abandonarem os cursos presenciais; em consequência, suaviza as obrigações dos entes federados em garantir o direito constitucional de formação escolar aos jovens e adultos – Inciso I do art. 208 da Constituição Federal de 1988, posteriormente alterado pela Emenda Constitucional 59/2009 –, e aponta para a desoneração de estados e municípios ante a tendência de redução dos gastos com a escolarização na modalidade. Por outro lado, o exame, ao se estruturar na lógica tecnicista das competências

---

<sup>1</sup> Para maiores informações, ver <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja> (acesso em 11 jul. 2025).

e habilidades e ao desconsiderar a singularidade cultural dos estudantes da EJA, reduz a autonomia burocrática, pedagógica e didática das secretarias de educação municipais e estaduais. Em síntese, o Encceja potencializa a desescolarização da EJA e privilegia a padronização e a instrumentalização do conhecimento (Ventura; Oliveira, 2020, p.91).

Com o objetivo de superar esta lógica, instituições educativas de qualidade socialmente referenciada (tais como as da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica), segmentos progressistas da sociedade civil e setores à esquerda do governo federal vêm apresentando como proposta a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT). Um curso de EJA-EPT possui formação profissional integrada à educação básica de forma indissociável, na qual estrutura e currículo são integrados. É, assim, um único curso construído desde o início com os saberes da formação geral e da formação profissional dialogando entre si, permitindo a elaboração de novas sínteses. Embora seja importante buscar a integração da EJA com a EPT em todos os níveis da educação básica, consideramos que é no Ensino Médio Integrado que se encontra o maior potencial.

Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. Intervém aqui, pois, o segundo sentido do conceito de trabalho como princípio educativo. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho.

Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo (Saviani, 2022, p. 4).

O trabalho como princípio educativo demonstra, dessa maneira, sua plena potência quando no ensino médio. Se isto já ocorre para os estudantes adolescentes, é com o público da EJA, o qual carrega em si experiências e saberes do trabalho, que tal potência material se amplifica ao máximo, por estarem tais mulheres e homens vivendo já no presente a realidade de produzir a própria existência. A EJA de nível médio, de modo geral, pode ser articulada à EPT através de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – também chamado de Qualificação Profissional, tendo carga horária relativamente curta –, ou através de cursos técnicos. Consideramos, particularmente, que é quando se integra o ensino médio à formação técnica, na qual

a carga horária é significativamente maior que a de um curso FIC, que se tem a maior aproximação possível na sociedade atual à perspectiva da omnilateralidade.

*Omnilateral* é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa 'todos os lados ou dimensões'. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico (Frigotto, 2012, p. 267, grifo no original).

A busca por uma formação *omnilateral* em um tempo no qual a sociabilidade capitalista busca formar pessoas parcelares configura-se em um grande desafio – talvez intransponível sem uma mudança social profunda. No entanto, ela aponta caminhos aos quais educadoras e educadores podem seguir, nos marcos do trabalho, da ciência, da tecnologia, da cultura e da arte. É possível, em um curso de ensino médio integrado a um curso técnico, articular saberes gerais e profissionais de forma a compreender o processo histórico da determinada profissão e sua inserção no contexto atual do modo de produção. Dialeticamente e a um só tempo, busca-se ensinar o fazer e os saberes associados ao trabalho, bem como os conhecimentos científicos historicamente legitimados.

O que se pretende é uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional (Brasil, 2007, p. 41).

O Ensino Médio Integrado, assim, permite aos estudantes se formarem em uma profissão, conhecer os seus fundamentos históricos e científicos, bem como os da sociedade e os do mundo do trabalho: é uma “síntese superadora do academicismo clássico e do profissionalismo estreito” (Ramos, 2007, p. 3). Nele, há o objetivo de formar sujeitos os quais possam, sim, executar seu fazer profissional, mas que também saibam refletir sobre os “comos” e os “porquês”, bem como elaborar propostas de novas formas de se trabalhar e de se organizar em sociedade.

Na perspectiva progressista, naturalmente, a formação técnica é também uma prioridade, mas, a seu lado, há outra prioridade que não pode ser posta à margem. O operário que está aprendendo, por exemplo, o ofício de torneiro, de mecânico, de pedreiro, de marceneiro, tem o direito e a necessidade de aprendê-lo tão melhor quanto possível, mas tem, igualmente, o direito de saber a razão de

ser do próprio procedimento técnico. Tem o direito de conhecer as origens históricas da tecnologia, assim como o de tomá-la como objeto de sua curiosidade e refletir sobre o indiscutível avanço que ela implica, mas, também, sobre os riscos a que nos expõe [...] (Freire, 2023, p. 183).

Quando falamos especificamente de um curso técnico integrado ao ensino médio na modalidade EJA, no qual se “substitui o jovem estudante que virá a ser, o técnico, pelo trabalhador concreto que almeja uma formação técnica para melhorar sua condição em relação ao trabalho, já presente na maioria das situações há muito tempo em sua vida” (Franzoi *et al*, 2010, p. 177), tal possibilidade adquire grande potência. Isto devido ao fato de o público jovem e adulto trazer consigo experiências de vida e de trabalho com as quais professores podem estabelecer diálogo, buscando a constituição do movimento dialético tese (saberes da experiência vivida) – antítese (saberes científicos) – síntese (novos conhecimentos elaborados coletivamente). Como se vê, este movimento permite questionar tanto o senso comum quanto os saberes científicos legitimados pela academia (cada um deles incompleto de forma isolada), constituindo um conhecimento oriundo de sua superação por incorporação, mais rico, concreto e socialmente útil.

Em janeiro de 2024, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em Brasília após longo processo de discussão e eleição de delegados em todas as Unidades da Federação, aprovou dobrar a meta prevista no Plano Nacional de Educação 2014-2024 e colocar como proposta para o próximo decênio que no mínimo 50% das matrículas de EJA nos Ensinos Fundamental e Médio no país sejam integradas à EPT. No entanto, o Projeto de Lei do Executivo 2.614/2024, que trata da instituição do Plano Nacional de Educação para o próximo decênio, em sua estratégia 10.6, fala em “fomentar a oferta de EJA articulada à educação profissional e tecnológica, com os objetivos de garantir a qualidade da educação e de ampliar o acesso dos estudantes ao mundo do trabalho” (Brasil, 2024, p. 28) e, na meta 11.c, em “expandir para, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) as matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional” (Brasil, 2024, p. 29). É digno de nota o recuo da proposta encaminhada pelo governo federal em relação àquela aprovada pela CONAE, o que demonstra a urgente necessidade de se disputar permanentemente os rumos das políticas de EJA-EPT, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

## 2.1 SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGERIDO

O trabalho, enquanto expressão histórica, sofre mutações ao longo do tempo com o desenvolvimento das forças produtivas, de forma a alterar a situação da luta de classes. Enquanto há quem seja categórico em dizer que o trabalho se encontra em crise, seja como fato social ou como categoria de análise, afirma-se aqui que a crise não é do trabalho em si, mas do trabalho em sua forma assalariada, bem como a assim chamada **sociedade salarial**. Este conceito foi elaborado pelo sociólogo

Robert Castel, para quem, ao longo do século XX, erigiu-se todo um edifício social ao redor do salário: a sociedade salarial, a qual “é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu *status*, sua proteção, sua identidade” (Castel, 2000, p. 243). Frigotto (2001, p. 76) afirma que este fenômeno tomou lugar principalmente nos países de economia central do capitalismo, mas que ocorreu também em países como o Brasil, embora marginalmente.

Apesar da sociedade baseada no trabalho assalariado se encontrar em uma severa crise, ele ainda se apresenta como forma hegemônica em nosso momento histórico. Frente a tal crise, alternativas de organização do trabalho e da produção vêm surgindo: algumas organicamente ligadas às classes dirigentes do capitalismo e a suas ideias, como a prática do empreendedorismo; outras surgidas de experiências ligadas à classe trabalhadora. É dentro destas últimas que compreendemos a Economia Solidária, a qual pode ser definida como o

[...] conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (Cruz, 2006, p. 69).

A Economia Solidária tem por fundamento o trabalho associado e autogestionário, perspectiva segundo a qual os trabalhadores se organizam e gerem os seus próprios processos de trabalho, sem a necessidade uma chefia, a partir da democratização, para o coletivo dos trabalhadores, dos meios e dos conhecimentos necessários à produção. Tal perspectiva opõe-se diretamente à lógica da heterogestão do trabalho, a qual se dá a partir do momento no qual, historicamente, acontece a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, cabendo a uns a gestão dos processos de trabalho e, a outros, a sua execução. Paul Singer (2002, p. 23) afirma:

Tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria vão tentar compará-las para descobrir qual delas é a melhor. São duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam.

Fica, assim, evidente o quão bem a heterogestão serve ao funcionamento e à reprodução da economia capitalista, da mesma forma que a autogestão se presta à construção de uma superação desta. Os empreendimentos de Economia Solidária funcionam, se estruturam e se caracterizam por “sua dinâmica de negação-conservação-superação das relações sociais de produção capitalistas, a medida em que, organizando-se internamente fora da estrutura de relações sociais típicas do capitalismo, estão submetidas à sua lógica de mercado” (Cruz, 2006, p. 90). Este movimento contraditório nos permite pensar estes empreendimentos como uma outra economia possível, que já acontece na realidade atual, e que aponta para a superação da organização capitalista do trabalho e de sua marca indelével de exploração do homem pelo homem. Fischer e Tiriba (2023, p. 236) vão falar sobre isso.

Em especial, referimo-nos às unidades de produção, hoje, denominadas de cooperativas populares, associações, grupos de produção comunitária, grupos de produção associada, empreendimentos econômicos solidários, organizações econômicas populares, entre outras, as quais, no atual contexto do capitalismo, podem se plasmar a produção associada, entendida na perspectiva marxiana, como unidade básica da sociedade dos produtores livres associados.

Materialmente, isto implica em uma necessária revolução nas formas de organização de trabalho. Nas experiências ligadas à Economia Solidária, há sinais que apontam para tal, já que rompem com a lógica do trabalho heterogerido e explorado. De acordo com Souza e Augusto Júnior (2020, p. 10), em tais experiências não há a produção e expropriação da mais-valia, uma vez que aqueles que delas participam são, ao mesmo tempo, trabalhadores e proprietários dos empreendimentos. No entanto, para uma transformação radical da sociedade, é preciso (e possível) ir ainda mais a fundo.

O segundo princípio societal vital, imprescindível para a instauração de outra forma de sociabilidade – o que Marx denominou ‘associação livre dos trabalhadores’ ou ‘trabalhadores livremente associados’ –, será dado pela conversão do trabalho em *atividade* exercida com base no *tempo disponível*. O que significa recusar a disjunção, interposta pelo capital, entre *tempo de trabalho necessário* para a *reprodução social dos trabalhadores* e *tempo de trabalho excedente* para a *reprodução do capital*. A instauração do princípio livre do *tempo disponível* em um universo societal que encontre vigência sem os *constrangimentos da propriedade privada* é o único antídoto real contra a vigência e a perpetuação do capital e de seu trabalho abstrato. Portanto, nossa luta central é e continuará sendo contra todos os constrangimentos presentes no sistema de metabolismo socioeconômico do capital, que deve ser radicalmente eliminado. A *abstração do trabalho* realizada pelo capitalismo deve ser demolida e superada pela concretude do trabalho dotado de sentido (Antunes, 2018, p. 114, grifos no original).

É, assim, uma situação na qual se busca a construção de relações sociais contra-hegemônicas por dentro do sistema hegemônico. A Economia Solidária, segundo Gaiger (2004, p. 828), “ao mesmo tempo que estimula maior funcionalidade do sistema, ela fortalece ou suscita a constituição de novos atores coletivos, portadores de uma crítica teórica, política e filosófica à ordem social atual, e de um projeto de substituição global”. Por isto, embora seja necessário correlacionar o fenômeno à totalidade social, inclusive em seu caráter econômico, concorda-se com Novaes (2021, p. 337) quando ele afirma que é preciso cuidar para não se cair em reduções economicistas na análise dos empreendimentos de Economia Solidária, sendo fundamental observar as vitórias políticas tidas por estas quando se organizam e influenciam decisivamente nas lutas sociais.

Esse processo pode tanto se limitar a uma movimentação conjuntural em função das necessidades de sobrevivência das famílias, diante da falta de perspectivas de trabalho, quanto pode levar à organização de coletivos que contestem os fatores determinantes das desigualdades sociais. A solidariedade que define tais práticas pode ser encarada como a forma concreta de ação colaborativa entre indivíduos que comungam de laços de identidade coletiva (Silva, 2025, p. 6).

Para Gaiger (2004, p. 804), “o aporte mais valioso das experiências de economia solidária é propiciar uma nova práxis do trabalho”. Destaca-se que, embora central neste estudo, é fundamental a clareza da Economia Solidária ser apenas uma das expressões na qual acontece o trabalho associado e autogestionário. Fischer e Tiriba (2023) vão falar de três espaços/tempos distintos onde ele ocorre, a saber:

- a) Espaços/tempos revolucionários - quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade, verifica-se a dualidade de poderes ou o confronto entre capital e trabalho se manifesta por meio de revoltas e rebeliões;
- b) Espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, nos quais as estratégias associativas de trabalho e de sobrevivência se configuram como parte integrante da economia solidária, economia popular solidária ou qualquer outra denominação que, embora não sejam sinônimos, anunciam a construção de uma economia alternativa ao capital;**
- c) Espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais” (Fischer; Tiriba, 2023, p. 235, grifo nosso).

Por fim, é preciso ter em mente que a experiência do trabalho associado e autogestionário, tal qual pode ser vislumbrado nos empreendimentos de Economia Solidária, carrega consigo um valioso potencial pedagógico a ser explorado. Singer (2002, p. 21) afirma que as “[...] pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não o são à heterogestão” (Singer, 2002, p.21). Já Novaes (2011, p. 134) diz que é “[...] nos processos que têm características autogestionárias que a classe trabalhadora enfrenta verdadeiros desafios: desnaturalizar a separação entre dirigentes e dirigidos, entre concepção e execução”. Para além de meros

pressupostos, podemos falar de potentes aprendizados concretos, valiosos tanto para a classe trabalhadora enfrentar o mundo como ele é quanto para questioná-lo e construir um mundo novo.

O dia a dia da atividade cooperada e autogestionária exige do trabalhador uma qualificação profissional complexa. Está colocada para ele a necessidade de compreender a atividade produtiva, o sistema onde ela se insere, as relações sociais e produtivas estabelecidas e vigentes e de atuar coletivamente. Na cooperativa, se há espaço para o aprimoramento da técnica de trabalho, há também para aprendizagens em relação à gestão da unidade de produção como um todo. Se há espaço para o aperfeiçoamento do processo de trabalho, há também para o desenvolvimento de habilidades pessoais e comportamentais. Dessa forma, a qualificação profissional na cooperativa autogestionária acontece de maneira a integrar os atos de planejar e executar, o que confere uma ampliação do sentido da qualificação se comparado ao atribuído na empresa tradicional (Fischer; Cordeiro, 2021, p. 472).

Com efeito, em um estudo de Fischer e Krebs (2023), o qual analisa a relação entre um *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e um assentamento formado por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pôde-se verificar o quanto é fundamental o diálogo entre instituições de ensino e movimentos sociais para se potencializar a Economia Solidária enquanto prática educativa.

O *Campus* tem aprendido sobre o trabalho associado e autogestionário com os trabalhadores. Percebemos, no estudo do caso, a possibilidade de circulação de saberes e valores com os trabalhadores do Assentamento Filhos de Sepé, especialmente através das ações de extensão. As demandas e os conhecimentos que circulam nessas ações têm sido incorporados na agenda de pesquisa e ensino do *Campus*, envolvendo não apenas os extensionistas (servidores, estudantes e integrantes do Assentamento), mas também a comunidade acadêmica em geral (Fischer; Krebs, 2023, p. 10-11).

Se esta força pedagógica da Economia Solidária por si só já se revela interessante à classe trabalhadora, visando a sua emancipação<sup>2</sup> enquanto coletivo, afirma-se que na EJA-EPT essa potência aumenta, haja visto as especificidades do público da EJA e as características intrínsecas da EPT. Aprofundar-se-á, na seção a seguir, sobre como EJA-EPT e Economia Solidária podem dialogar.

---

<sup>2</sup> “Mais especificamente, Marx e os marxistas tendem a ver a liberdade em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana” (Lukes, 1988, p. 123-124).

## 2.3 SOBRE A INTERLOCUÇÃO ENTRE EJA-EPT E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Jovens e adultos, quando de seu retorno à escola, o fazem por uma variedade de motivos. Alguns dos principais, direta ou indiretamente, são relacionados à vivência do trabalho: busca pela inserção profissional, quando desempregados; expectativa de uma colocação mais qualificada no mercado ou de melhores salários; aumento de sua autonomia através de ganho de renda, dentre outros. Ainda, quando não é o caso de estarem retornando, mas sim de estarem sendo forçados pelo sistema escolar para a EJA (caso de milhares de jovens, após processos de retenções múltiplas em uma ou mais etapas letivas), se veem premidos pela necessidade do trabalho para garantir sua sobrevivência. Desta maneira, compreende-se que:

A experiência do trabalho, independente do ciclo de vida em que o ser humano se encontra, problematiza sobremaneira o entendimento de «aluno». Interroga, por consequência, a relação entre prática e teoria, entre trabalho/outras experiências da vida e a instituição escola. É tal a relevância disso que o mais adequado seria falarmos de *trabalhador-aluno* e não de *aluno-trabalhador*, como o fazem alguns estudiosos, em função do peso substantivo do trabalho na constituição desses sujeitos (Fischer; Franzói, 2009, p. 43, grifos no original).

Se é assim, o trabalho necessariamente deve ser considerado eixo central do processo educativo para o público da EJA de nível médio, sobretudo quando ela é integrada à EPT, na qual a profissionalização e a formação em um curso técnico são presentes cotidianamente. Torna-se fundamental, partindo das demandas imediatas dos trabalhadores-alunos, ultrapassarmos junto com eles o senso comum acerca do conceito de trabalho, compreendê-lo em suas bases materiais, culturais, históricas, filosóficas. Notoriamente, cabe questionar: qual é o trabalho que será o princípio educativo das escolas de EJA de nível médio integrada à EPT? Para qual trabalho formaremos os jovens e adultos que estão nos bancos escolares? Sobre isto, já aponta o Documento-Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA: “o atual momento de crise da ordem moderna impõe o desafio de pensar novas formas de relação com o trabalho, novas alternativas de sobrevivência que não passem, necessariamente pelo assalariamento” (Brasil, 2007, p. 29).

A Economia Solidária e o trabalho associado e autogestionário, por causa das bases analisadas na seção anterior, apresentam um rico catálogo de possibilidades para a EJA de nível médio integrada à EPT. De início, porque, ao desnaturalizar o capitalismo, o questionar em suas raízes, evidencia-o como socialmente construído e, também, neste processo, porque demonstra que ele não é eterno. Aprender que a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual é apenas uma construção histórica é um objetivo tanto das experiências de trabalho associado e autogestionário, quanto dos processos formativos de ensino médio integrado à educação profissional. Logo, a aproximação destas é extremamente coerente e potencialmente útil, quando pensados os interesses da classe trabalhadora. A educação em economia solidária

[...] ao mesmo tempo em que se substancia na **denúncia** da exploração do trabalho, na crítica à lógica excludente da economia capitalista e ao sistema opressor que fragmenta o ser humano (dividindo a sociedade entre compradores e vendedores de força de trabalho), os processos educativos inspirados na Economia Solidária **anunciam** uma nova sociabilidade, uma nova sociedade, uma nova forma de produção da vida (Brasil, 2006, p. 15, grifos nossos).

O par dialético denúncia/anúncio é fundamental para a compreensão da Economia Solidária enquanto pedagogia, principalmente pelo fato de que não está se anunciando apenas uma mudança no futuro (embora a perspectiva de uma transformação social radical deva estar sempre presente), mas sim uma alternativa já existente à barbárie capitalista e a suas culturas do trabalho. Para o público da EJA-EPT, tal reflexão é essencial, pois trata-se de pessoas permeadas profundamente pelo mundo do trabalho e pela necessidade de uma profissionalização, necessidade esta geralmente imediata. Na EJA de nível médio integrada à EPT, então, tal questão torna-se potência, pois há a possibilidade de diálogo entre os conteúdos dos componentes curriculares da formação geral específicos do ensino médio com os da formação profissional de um curso técnico e os saberes de trabalho trazidos pelos trabalhadores-alunos. Para além, é preciso ter a consciência de que:

As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo (Fischer; Tiriba, 2009, p. 294).

A maior riqueza da EJA-EPT constitui-se nas novas sínteses elaboradas no processo de diálogo entre os conhecimentos científicos e os saberes dos trabalhadores-alunos. É preciso ter em mente, no entanto, que estes sujeitos são, também, os precarizados e os sobrantes, as parcelas mais vulneráveis aos efeitos da crise do trabalho assalariado. Possuem a urgência imediata da produção da própria existência – ou seja, de trabalhar – de forma que eles têm internalizada uma expectativa socialmente construída de que a escola lhes dê alguma resposta para esta demanda. As instituições educativas ofertantes de cursos de EJA-EPT não podem negligenciar esta urgência, mas é necessário atendê-la de uma forma qualificada, afastando-se das respostas aparentemente fáceis, mas que atendem apenas aos interesses do capital, como, por exemplo, oferecer a falsa noção de empregabilidade<sup>3</sup> ou, ainda, a perspectiva do empreendedorismo, o qual oferece

---

<sup>3</sup> “O conceito de ‘empregabilidade’ surgiu como instrumento de relativização da crise do emprego, face à incapacidade do setor produtivo de incorporar ou manter, no seu interior, o mesmo número de

pretensas soluções individualistas para um problema que é estrutural, revelando-se, em realidade, apenas uma ferramenta de mistificação da realidade. A proposta de organização em empreendimentos de Economia Solidária, por sua vez, possui viabilidade como forma de geração de renda para os sujeitos organizados em coletivos e também lhes é de interesse enquanto classe trabalhadora. É necessária, para tal, intervenção ativa, tanto dos sujeitos da Economia Solidária quanto da instituição escolar, a fim de constituir uma prática efetivamente pedagógica, uma intencionalidade educativa.

Frente à crise do emprego, além da alternativa ao desemprego, a produção associada é a instância de produção de novas concepções de trabalho, de vida e de mundo. Se, de um lado, isoladamente os trabalhadores associados não conseguem mudar o mundo, de outro, como parte integrante dos movimentos populares, os processos produtivos cuja lógica é a hegemonia do trabalho sobre o capital podem permitir a mudança de postura de seus integrantes frente ao mundo (Tiriba, 2001, p. 375).

É exatamente neste sentido que a Economia Solidária e as experiências de trabalho associado têm potencial de trazer consigo uma nova cultura do trabalho, com novos saberes e formação de uma nova consciência de classe. Na prática, vê-se que isso já vem ocorrendo em algumas ofertas de EJA-EPT, principalmente com a oferta de componente curricular que vai tratar sobre Economia Solidária, embora ainda sejam minoritárias frente à presença do empreendedorismo. Qualitativamente, no entanto, portam consigo enorme potência. Estudo realizado por Oliveira (2025) em um *campus* do IFRS que possui dois cursos distintos de EJA-EPT de nível médio (um deles com forte presença de Economia Solidária) demonstrou que, embora com limitações decorrentes principalmente da dificuldade de se encontrar professores para atuar com o tema, já há importantes avanços na perspectiva de ocupar espaços nos currículos e de se questionar a ordem social vigente, demonstrando-a como historicamente construída, ao invés de entendida como natural, como aponta o senso comum. O mesmo estudo aponta que, para se atingir uma maior possibilidade de sucesso, é fundamental que os trabalhadores-estudantes da EJA-EPT possam vivenciar a experiência concreta de Economia Solidária, que ela não fique restrita ao campo da teoria. Para tal, é sugerido que, para além dos currículos, haja incubação de empreendimentos de Economia Solidária nos quais os estudantes possam viver a prática do trabalho associado e autogerido, já que ainda são relativamente poucos os espaços sociais onde eles podem fazê-lo fora da instituição escolar.

---

trabalhadores. Surgiu como justificativa para o desemprego em massa, atribuindo à má qualificação dos trabalhadores a culpa por estes não atenderem às novas exigências do mercado de trabalho" (Oliveira, 2008, p. 198).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título deste artigo, metaforicamente, trata a EJA-EPT e a Economia Solidária como dois rios, os quais, ao se encontrarem, adquirem mais força do que a da simples soma de cada um deles individualmente. A inspiração para ele veio de Nosella (2007, p. 150):

[...] a liberdade não espera que se abra o canal ideal para alcançar o coração do homem. Como água para o mar, infiltra-se, dribla os obstáculos, rompe até alguns diques e, salvo quando as barreiras são insuperáveis (e são muitas), mesmo que escassa e tardiamente, chega ao coração do trabalhador.

Com isto, implica dizer que não é possível aguardar até que seja construída uma sociedade sem injustiças e desigualdades para que as trabalhadoras e trabalhadores comecem a acessar seus direitos. Há a clareza de que o Ensino Médio Integrado (inclusive na modalidade EJA) não alcança a plenitude da educação omnilateral, bem como de que a Economia Solidária não é o socialismo. No entanto, afirma-se a ambos como tensionadores das contradições do sistema capitalista, possibilitando aos sujeitos da classe trabalhadora compreendê-lo para, assim, atuarem no sentido de sua superação. Como diz Marx (2020b, p. 69, grifo no original): “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”.

Ao longo deste estudo, o qual se valeu do método materialista histórico-dialético, fez-se o movimento analítico de observar as partes para compreender o que há, nelas, da totalidade social. Ao perceber os sujeitos da EJA-EPT como integrantes da classe trabalhadora, vê-se como o processo histórico da crise do trabalho assalariado lhes constitui em suas subjetividades e, na contradição, como é possível explorar as brechas que o próprio sistema capitalista abre para agir incisivamente. Intentou-se demonstrar o quanto a presença da Economia Solidária em cursos de EJA-EPT traz consigo a potência de, a um tempo, servir como denúncia da perversidade estrutural do capitalismo e como anúncio de que é possível construir novas formas de trabalho e de sociedade, nas quais não exista a exploração do homem pelo homem. Para os sujeitos da EJA, modalidade a qual “sempre foi destinada aos subalternizados da sociedade, precisamente às frações mais empobrecidas da classe trabalhadora, excluídas até mesmo da estrutura dual do ‘sistema’ escolar brasileiro” (Ventura, 2011, p. 57), a percepção de que podem produzir sua existência material no presente, sem, necessariamente, precisarem ser explorados, é uma mudança significativa. Frente às opções que hegemonicamente vêm lhes sendo apresentadas, é um novo que surge de dentro de experiências da própria classe trabalhadora.

Para que isto adquira materialidade, é fundamental o diálogo das instituições ofertantes de EJA-EPT, sobretudo as públicas, com os sujeitos e coletivos que já estão cotidianamente pensando e fazendo a Economia Solidária em nossa sociedade. Frente à ainda incipiente presença deste tema nas formações de profissionais que

virão a exercer a docência, é necessário que tais instituições tenham a responsabilidade de, ativamente, buscar estes sujeitos e coletivos, de forma a estabelecer uma relação verdadeiramente educativa para com eles, aprendendo e ensinando dialeticamente. Com isto, estarão agindo para, frente à crise do trabalho assalariado, serem também promotoras da construção de uma nova cultura do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2614/2024**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=PL%202614/2024](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=PL%202614/2024). Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**: documento final. Brasília, DF, 2006. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/i\\_oficina\\_nacional\\_formacao\\_educacao\\_em\\_economia\\_solidaria.pdf](https://base.socioeco.org/docs/i_oficina_nacional_formacao_educacao_em_economia_solidaria.pdf). Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA**: documento base. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf). Acesso em: 27 jul. 2025.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FISCHER, Maria Clara Bueno; CORDEIRO, Betânia. Qualificação profissional ampliada no trabalho associado. **Debates em Educação**, Maceió, v. 13, n. Esp2, p. 465–488, 2021.

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: diálogos possíveis. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 29, p. 35-51, 2009.

FISCHER, Maria Clara Bueno; KREBS, Josiane Roberta. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação para o trabalho associado e autogestionário: discutindo potencialidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-18, e15317, jun. 2023.

FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. Saberes do Trabalho Associado. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FRANZOI, Naira Lisboa *et al.* Escola, Saberes e Trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. **Educação e Realidade**, v35(1), 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, p. 799-834, 2004.

LUKES, Steven. Emancipação. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

MARX, Karl. O método da Economia Política (1857-1858). In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salete (orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach (1845). *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salete (orgs). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 137–151, jan. 2007.

NOVAES, Henrique T. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique Tahan (orgs.). **Educação e reprodução social**: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6, 2011.

NOVAES, Henrique. Economia Solidária. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

OLIVEIRA, Guilherme Brandt de. **Cultura do trabalho na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT / PROEJA)**: tensões e disputas a partir da Economia Solidária e do Empreendedorismo. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

OLIVEIRA, Ramon de. Empregabilidade. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

RAMOS, Marise. Os CEFET no Ensino Superior. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, jan./abr. 2007.

SANTOS, Robson dos *et al.* A Educação de Jovens e Adultos entre o direito inconcluso e a exclusão silenciada: desafios ao novo Plano Nacional de Educação. *In*: MORAES, Gustavo Henrique; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. de; BOF, Alvana Maria (orgs.). **Contribuições ao novo Plano Nacional de Educação** (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 8). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, mar. 2022.

SILVA, Sandro Pereira. **Da Economia social europeia à economia solidária latino-americana**: trajetórias conceituais, práticas coletivas e diretrizes de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2025. 41 p. (Texto para Discussão, n. 3092).

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.

SOUZA, André Ricardo de; AUGUSTO JÚNIOR, Fausto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 8–25, 2020.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**: Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. *In*: TIRIBA, Lia. **Reprodução ampliada da vida e espaços/tempos da produção não capitalista**. Volume 1 – Escolas do Trabalho. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

VENTURA, Jaqueline Pereira. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. *In*: TIRIBA, Lia e CIAVATTA, Maria (org.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011.

VENTURA, Jaqueline Pereira; OLIVEIRA, Francisco Gilson. A travessia “do EJA” ao Encceja: Será o mercado da educação não formal o novo rumo da EJA no Brasil?. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 80–97, 2020.